

CHAPA TC – Trabalho e Confiança

Presidente: Luiz Tadeu Grossi Fernandes

Vice-Presidente: Paulo Henrique Fernandes

Diretor Administrativo Financeiro: Wanderlei Wormsbecker

Diretor para Assuntos Jurídicos: Paulo Sérgio de Oliveira Busato

Diretor de Formação Política e Sindical: Marco Antônio Noronha de Brum

Diretora de Divulgação e Eventos: Talita Santos Gherardi

Suplentes: Moacyr Aristeu Molinari Neto

Helena Maria da Silveira Valente Santos

Arnaldo Laporte Junior

Carlos Lopatiuk

O programa da chapa TC – Trabalho e Confiança, corrobora a necessidade do crescimento institucional do SINDICONTASPR, da defesa dos direitos e prerrogativas dos servidores que realizam as auditorias e atividades de apoio, objetivando o fortalecimento do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, a valorização dos servidores ativos e aposentados, na busca de melhores condições de trabalho, por meio da promoção da discussão, da participação, do acompanhamento e da implementação dos princípios básicos deste programa que estão assentadas nas seguintes metas:

1. Valorização do Tribunal de Contas e pela independência da Auditoria

- Em consonância com os servidores dos demais tribunais do Brasil trabalhar para o fortalecimento e independência da função auditoria. Os critérios técnicos devem ser os fundamentos da auditoria, que é o produto principal dos Tribunais de Contas.
- Transparência no processo de contas como regra, com a publicidade ativa dos relatórios de auditoria, logo após o contraditório pelo auditado, de forma a garantir o efetivo Controle Social das Contas Públicas.
- Lutar pela harmonia e independência das três funções básicas dos Tribunais de Contas: a) julgadora, b) fiscalizadora, c) auditoria.
- Defesa dos Tribunais de Contas como instituição fundamental para garantia de bom uso de recursos públicos.



2. Carreira Nacional de Auditoria

- Lutar pela criação de uma Carreira Nacional de Auditoria Externa, em conformidade com os demais Tribunais de Contas do País, com denominação de **Auditor de Controle Externo**, carreira típica de Estado, definindo garantias e prerrogativas para o exercício do ato de auditoria e a formação de um Conselho Superior de Auditoria, com democratização na escolha do Dirigente Máximo dessa função.
- Atuar junto a Assembléia Legislativa do Paraná para a criação do Dia do Auditor de Controle Externo do Estado do Paraná.

3. Benefícios e direitos dos servidores do TCEPR

- Lutar pela contínua manutenção das remunerações com aplicação anual dos índices legais obrigatórios de reposição inflacionária.
- Defesa contra retrocessos nas carreiras dos servidores e o equilíbrio entre elas.
- Extensão do Auxílio Saúde aos dependentes nos moldes do aprovado pelo CNJ e implementado pelo TJ-PR.
- Impulsionar e continuar cobrança pela implementação de pedidos de benefícios e pagamentos já protocolados.

4. Campanha Ministro e Conselheiro Cidadão

- Apoiar a escolha republicana, agregando transparência e participação cidadã para o conselho de contas através da Campanha Ministro/Conselheiro Cidadão da FENASTC. Exigir o cumprimento dos requisitos constitucionais para ser Conselheiro: Entre 35 e 65 anos de idade; Idoneidade moral e reputação ilibada; notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos, financeiros ou de administração pública; Mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva profissão que exija os conhecimentos mencionados.
- Exigir publicação de Edital que garanta a participação livre do cidadão, nas vagas de escolha do parlamento, adicionando a defesa de quarentena de 05 anos para aqueles que detêm mandato eletivo ou cargo público.

5. TC - Trabalho e Confiança

- Atuar em conjunto com a FENASTC, com os servidores dos demais tribunais de contas e com a sociedade, tendo em vista produzir mudanças significativas nos Tribunais de Contas através de alterações legislativas no plano federal e estadual.
- Defender a tramitação das PECs 75/2007 CD, 30/2007 SE, 329/2013 CD, 22/2017 SE e 40/2016 SE, buscando convergências de entendimentos que alterem profundamente os TCs. Todas as Propostas de Emendas Constitucionais devem convergir para que tenhamos um modelo eficaz de Controle Externo Brasileiro.



- Defesa de mandato de 10 anos para Ministros e Conselheiros de Tribunais de Contas, com o fim da vitaliciedade;
- Apoiar a criação de um Conselho Nacional de Tribunais de Contas, com ampla participação da sociedade civil, e número equivalente de Ministros/Conselheiros e seus Substitutos com os Membros do Ministério Público de Contas, e com representação dos Servidores.
- Defender a criação de um modelo Brasileiro de Controle Externo, tendo como referência a prestação de serviços públicos de qualidade para a população.

6. Projeto de Transparência de Auditoria

- Elaboração de um projeto tecnológico em parceria com a FENASTC e entidades da sociedade civil, que permita à cidadania acompanhar de forma simples e constante os resultados das auditorias realizadas, de modo a divulgar o trabalho técnico realizado pelos servidores do TCE/PR visando obter apoio da opinião pública.

7. Melhorias e defesa dos servidores

- Defesa das garantias e prerrogativas funcionais especialmente nas atividades de auditoria.
- Servidores públicos estão sob ataque pela mídia e pelas altas esferas empresariais e governamentais. Pugnamos pela defesa do Serviço Público e seus servidores e somos contrários à retirada de direitos, o que desconstrói o Setor Público Brasileiro. Esta defesa deve ser feita em conjunto com todas as entidades representativas dos servidores públicos e em todas as instâncias.
- Lutar contra a reforma da previdência que retira direitos constitucionais sem qualquer regra de transição.
- Trabalhar em conjunto com as demais entidades representativas dos servidores Públicos do Estado do Paraná na defesa da PARANAPREVIDENCIA, com a participação no conselho da entidade e desenvolvendo estudos técnicos buscando garantir a saúde financeira da previdência dos servidores e buscando reduzir as influências políticas nas decisões técnicas da entidade.
- Continuar as melhorias dos critérios de avaliação de desempenho, para que sejam justos e coerentes, permitindo o aperfeiçoamento do servidor, sem atritos ou uso para assédio moral.
- Dar maior representatividade no SINDICONTASPR para os servidores aposentados, buscando a proteção e manutenção dos direitos e do apoio técnico e jurídico junto ao Tribunal de Contas e a Paranaprevidência.
- Trabalhar para a reabertura do Restaurante do TCE.
- Plano de seguro para os servidores quando em viagem a trabalho pelo Tribunal.



- Promover em conjunto com a Pública Central dos Servidores convênios com descontos e benefícios aos sindicalizados entre outros:
 - ✓ Seguros de veículos;
 - ✓ Seguros residenciais;
 - ✓ Seguros de vida;
 - ✓ Ingressos e restaurantes;
 - ✓ Contador para declaração de IR;
 - ✓ Plano de saúde e odontológico;
 - ✓ Crédito Cooperativo;
 - ✓ Estacionamento;
 - ✓ Clubes sociais;
 - ✓ clubes de benefícios.

8. Melhorias para o SINDICONTASPR

- Atualização do Estatuto do Sindicato, adequando-o ao momento atual.
- Democratizar as discussões relativas à carreira, servidores e ações através de plataforma eletrônica via Internet.
- Implementar a assembleia eletrônica através de plataforma web.
- Aumentar a participação de todos, implementando a eleição sindical eletrônica através de plataforma web segura.
- Manter e ampliar a assessoria jurídica. Realizar parcerias com escritórios de advocacia garantindo custo mínimo as necessidades jurídicas dos sindicalizados.
- Manter e melhorar as estratégias de comunicação social, fazendo uso das plataformas sociais além dos meios já tradicionais como jornais, televisão e rádio.
- Pleitear junto ao TCE a adequação das disponibilidades funcionais ao Sindicontas em consonância ao disposto no §2º, do art. 37, da Constituição Estadual, com arts. 2º e 3º da Lei Estadual nº 10.981, de 27 de dezembro de 1994.

